

DANIEL OCTÁVIO SILVA MARINHO
MARCO AURÉLIO VENTURA PEIXOTO
COORDENADORES

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

**ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS DA
LEI Nº 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021**

Londrina/PR
2023


THOTH
E D I T O R A

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

**Improbidade Administrativa:
aspectos materiais e processuais
da Lei nº 14.230, de 25 de outubro
de 2021. / Coordenadores: Daniel
Octávio Silva Marinho, Marco
Aurélio Ventura Peixoto. – Londrina,
PR: Thoth, 2023.**

677 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-408-5

1. Direito Público. 2. Direito Administrativo.
3. Direito Processual. 4. Acesso à Justiça. I.
Marinho, Daniel Octávio Silva. II.
Peixoto, Marco Aurélio Ventura.

CDD 341.3

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Administrativo : 341.3

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinatti • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Picholi da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

COORDENADORES	7
AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	21
PREFÁCIO	23

CAPÍTULO 1

Antônio Pereira Gaio Júnior

José Roberto Mello Porto

BREVES APONTAMENTOS DE DIREITO INTERTEMPORAL, LEGITIMIDADE, TUTELA PROVISÓRIA E INDISPONIBILIDADE DE BENS NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PÓS LEI Nº 14.230/2021	45
Introdução	46
1 A Lei nº 14.230/21 e o direito intertemporal	48
2 Legitimidade na lei de improbidade administrativa	52
2.1 Breve escorço	52
2.2 Legitimidade Ativa nas Ações de Improbidade Administrativa	53
3 Tutela provisória e a indisponibilidade patrimonial	56
3.1 Noções gerais e requisitos	56
3.2 A indisponibilidade de bens	58
Conclusão	60
Referências	60

CAPÍTULO 2

Carla Teresa Bonfadini de Sá

Bruno de Sá Barcelos Cavaco

REFLEXÕES ACERCA DA EFETIVIDADE DA TUTELA COLETIVA DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, À LUZ DAS MODIFICAÇÕES OPERADAS PELA LEI Nº 14.230/2021: AVANÇO OU RETROCESSO? ..63	
Introdução	63
1 Da natureza da ação de improbidade administrativa	65
1.1 Ação coletiva ou ação de direito administrativo sancionador? Um diálogo com Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr.	65
2 Da remoção dos óbices à plena efetividade da ação civil pública de improbidade	

administrativa.....	69
2.1 Efetividade advinda da adequação entre processo e direito material	69
2.2 Irretroatividade da Lei nº 14.230/21 e impossibilidade de a prescrição se transmutar em instrumento de impunidade.....	74
2.2.1 Prescrição Intercorrente e sua faceta inconstitucional.....	76
2.3 Da inconstitucionalidade da restrição da legitimidade para o ajuizamento da ação de improbidade: violação do acesso à justiça, do preceituado nos arts. 129 e 37, § 4º da Constituição da República.....	82
3 Dos instrumentos de controle do exercício abusivo da ação de improbidade.....	87
3.1 Das novas exigências na descrição dos tipos de improbidade.....	87
3.2 Do interesse processual: uma releitura necessária, a partir da análise econômica do direito e da incorporação da boa-fé como filtro a obstar o exercício abusivo do direito de ação.....	88
3.2.1 Da óptica utilitarista revigorada a partir da Análise Econômica do Direito.....	88
3.2.2 Da boa-fé como integrante do interesse processual.....	92
3.3 Da justa causa como condição para o legítimo exercício do direito da ação de improbidade	93
Conclusão	93
Referências	95

CAPÍTULO 3

Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho

ATUAÇÃO ILÍCITA NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTO E CONCESSÃO IRREGULAR DE BENEFÍCIO FISCAL COMO ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Introdução.....	99
1 Os atos de improbidade administrativa.....	100
2 Atuação ilícita na arrecadação de tributo	103
2.1 “Tributo”	103
2.2 “Agir ilicitamente”	105
3 Concessão irregular de benefício fiscal.....	108
3.1 Benefícios e incentivos.....	108
3.2 Benefícios fiscais e financeiros	110
3.3 Inobservância de formalidades legais ou regulamentares	110
4 Efeitos do ato de improbidade que lesa o erário	114
Conclusão	115
Referências	115

CAPÍTULO 4

Carolina Uzeda

Vinícius André Zimmermann

A RELEVÂNCIA DA QUESTÃO DE DIREITO FEDERAL NO RECURSO

ESPECIAL DE AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: O RECURSO DO CONDENADO.....	119
Introdução.....	119
1 Contexto da inserção do “filtro da relevância” para os recursos especiais...	121
2 O exame da relevância da questão de direito federal, a partir da emenda constitucional nº 125/2022: requisitos e questões de direito intertemporal....	123
3 A interpretação do art. 105, § 3º, ii, da constituição.....	126
3.1 Recurso Especial do condenado: relevância presumida	128
3.2 Recurso Especial do Autor: necessidade de demonstração dos requisitos, à luz do § 2º do art. 105 da Constituição.....	131
Conclusão.....	132
Referências	134

CAPÍTULO 5

César Caúla

Aldem Johnston Barbosa Araújo

A NOVA REDAÇÃO DO ART. 11 DA LEI Nº 8.429/1992 E O
FIM DA CONFIGURAÇÃO DE ATO ÍMPROBO POR MERO
DESCUMPRIMENTO DE PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
UM AVANÇO NECESSÁRIO

Introdução..... 137

1 A tipicidade no âmbito do direito administrativo sancionador

2 O desrespeito à tipicidade no antigo modelo adotado pela lei de improbidade
administrativa..... 145

3 A adequada correção de rumos empreendida pela nova lei: o acerto da *abolitio
improbitatis* no artigo 11..... 149

4 A *abolitio improbitatis* trazida pelas alterações do texto da lei retroage?

Conclusão..... 158

Referências

CAPÍTULO 6

Daniel Octávio Silva Marinho

Thiago Calandrini de Oliveira dos Anjos

DA INAPLICABILIDADE DOS INSTITUTOS DE PROCESSO COLETIVO
AOS PROCESSOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA À LUZ DA
LEI Nº 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021

Introdução..... 163

1 Da improbidade administrativa e do direito administrativo sancionador

1.1 Da improbidade Administrativa e do breve histórico legislativo

1.2 Do Direito Administrativo Sancionador..... 166

1.2.1 Breve histórico..... 166

1.2.2 Ilícito Administrativo..... 167

1.2.3 Sanção administrativa..... 168

2 Das garantias do direito administrativo sancionador	168
2.1 Do devido processo legal	168
2.2 Do caso <i>Engel and Others v. The Netherlands</i> julgado pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH). Da possibilidade de extensão das garantias penais aos processos de natureza não penal	170
2.3 Qual a natureza jurídica das sanções da ação de improbidade administrativa?	172
3 Da ação de improbidade como parte integrante do microssistema coletivo sob a vigência anterior da lei nº 14.230/21	174
3.1 Breve Histórico	174
3.2 Microssistema Processual Coletivo	175
3.3 Do Princípio da máxima efetividade do processo coletivo e do princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo. Da busca pela efetividade da tutela coletiva	176
3.4 Da aplicabilidade da remessa necessária à improbidade administrativa sob a vigência anterior da Lei nº 14.230/21	177
3.5 Do princípio da Precaução e da possibilidade da inversão do ônus da prova em ação de improbidade administrativa sob a vigência anterior da Lei nº 14.230/21	178
4 Mudança legislativa: da inaplicabilidade dos institutos jurídicos de ações coletivas às ações de improbidade sob a vigência da lei nº 14.230/21	180
4.1 Da impossibilidade de se caracterizar as ações de improbidade como ação civil pública	180
4.2 Do contexto fático antes da edição da Lei nº 14.230/21	182
4.3 Da reação legislativa e da aplicabilidade expressa do direito administrativo sancionador	183
4.4 Da superação legislativa: da inaplicabilidade da Remessa Necessária e da necessidade de comprovação da urgência para a decretação de Indisponibilidade dos bens	184
Conclusão	186
Referências	186

CAPÍTULO 7

Danyelle Galvão

Sarah Merçon-Vargas

O INTERROGATÓRIO DO RÉU NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	191
---	-----

Introdução	191
------------------	-----

1 Contraditório, ampla defesa e interrogatório	194
--	-----

2 Regime jurídico processual na ação de improbidade administrativa	199
--	-----

3 Depoimento pessoal (artigo 385, CPC) x interrogatório	201
---	-----

3.1 Comparecimento do réu para esclarecimento dos fatos (artigo 139, VIII, CPC) x interrogatório	202
--	-----

3.2 Inaplicabilidade do CPC ao interrogatório do réu	203
--	-----

3.3 Interrogatório na Lei de Improbidade Administrativa	203
Conclusão	208
Referências	209

CAPÍTULO 8

Darci Guimarães Ribeiro

Guilherme Christen Möller

O PROCESSO CIVIL NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	213
--	-----

Introdução	214
------------------	-----

1 Sobre a ação de improbidade administrativa, a contestação, o indeferimento da petição inicial e a réplica	215
---	-----

2 Nulidade da decisão, conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública, garantias do réu, prescrição e custas	219
---	-----

3 Critérios, efeitos e particularidades da sentença que julga a ação de improbidade administrativa, da sua liquidação e seu cumprimento	221
---	-----

4 Pedido de indisponibilidade de bens do réu e sua procedimentalização	222
--	-----

5 Do acordo de não persecução civil (art. 17-b)	224
---	-----

Conclusão	225
-----------------	-----

Referências	226
-------------------	-----

CAPÍTULO 9

Frederico Augusto Leopoldino Koehler

Silvano José Gomes Flumignan

O REGIME DE PRESCRIÇÃO NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	229
--	-----

Introdução	229
------------------	-----

1 A previsão de prescrição principal	230
--	-----

2 Suspensão da fluência da prescrição principal	233
---	-----

3 A prescrição intercorrente na nova lei	233
--	-----

4 Suspensão da prescrição intercorrente	235
---	-----

7 Análise da aplicação imediata do novo regime de prescrição e o tema 1199/STF	238
--	-----

Conclusão	242
-----------------	-----

Referências	243
-------------------	-----

CAPÍTULO 10

Gustavo Osna

AINDA (E SEMPRE) A NATUREZA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: MAIS DO QUE NUNCA, O TEMA IMPORTA	245
--	-----

Introdução	245
------------------	-----

1 Entre premissas e conclusões: a natureza da ação de improbidade	246
---	-----

1.1 A Conceituação da “Improbidade” e sua Disputada Natureza: Breves	
--	--

Notas.....	246
1.2 A Natureza da Improbidade e os “Microsistemas”	251
1.3 A Importância da Fixação: Três Exemplos Pontuais.....	254
Conclusão	258
Referências	258

CAPÍTULO 11

Marco Félix Jobim

Hannah Pereira Alff

A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.....

Introdução.....	261
1 Aspectos gerais da lei de improbidade administrativa.....	262
2 Sobre o acordo de não persecução cível na lei de improbidade administrativa.....	269
3 A necessária distinção entre o acordo de não persecução cível e a colaboração premiada	274
Conclusão.....	276
Referências	277

CAPÍTULO 12

Humberto Dalla Bernardina de Pinho

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL NA NOVA SISTEMÁTICA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: EXAME DAS ALTERAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI Nº 14.230/21 À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....

Introdução.....	283
1 Evolução legislativa	284
2 Peculiaridades do acordo em matéria de improbidade administrativa.....	288
3 Inovações introduzidas pela lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021 na sistemática do acordo de não persecução cível	291
Conclusão.....	302
Referências	302

CAPÍTULO 13

Ivson Coêlho

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS TRIBUNAIS DE CONTAS: ANALISANDO AS ALTERAÇÕES ADVINDAS DA LEI Nº 14.230/21 .

Introdução.....	305
1 Da improbidade administrativa	307
2 Principais alterações promovidas pela lei nº 14.230/21	310
3 O papel do tribunal de contas e a lei de improbidade	312
Conclusão.....	316

Referências	317
-------------------	-----

CAPÍTULO 14

Jéssica Galvão

Marco Aurélio Ventura Peixoto

Renata Cortez Vieira Peixoto

DA ADJUDICAÇÃO AO CONSENSO: ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL E OS LIMITES DA ATUAÇÃO JUDICIAL	319
---	-----

Introdução	319
------------------	-----

1 Justiça consensual no ordenamento jurídico brasileiro e na tutela da moralidade administrativa	322
--	-----

2 Procedimento do acordo de não Persecução Cível	327
--	-----

3 Decisão homologatória e limites à atuação judicial	329
--	-----

Conclusão	333
-----------------	-----

Referências	334
-------------------	-----

CAPÍTULO 15

José Henrique Mouta Araújo

Weber Luiz de Oliveira

A LEGITIMIDADE PROCESSUAL AMPLA E RESTRITA NA “NOVA” LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: AVANÇO OU RETROCESSO?	337
---	-----

Introdução	337
------------------	-----

1 A pretensão estatal e a responsabilização por atos de improbidade administrativa	338
--	-----

2 Legitimidade para a causa. condição da ação ou requisito de admissibilidade da demanda que se concretiza em razão do direito material	342
---	-----

3 Natureza jurídica da ação de improbidade administrativa e competências constitucionais do ministério público	345
--	-----

4 Liminares concedidas nas adis 7.042 e 7.043 – fundamentos para a inconstitucionalidade da restrição da legitimidade para a propositura da ação de improbidade	348
---	-----

Conclusão	349
-----------------	-----

Referências	350
-------------------	-----

CAPÍTULO 16

Lucas Grangeiro Bonifácio

ADEQUAÇÃO NORMATIVA DO ATO ÍMPROBO NOS TIPOS PREVISTOS NA LEI Nº 8.429/92: ALTERAÇÕES DA LEI Nº 14.230/2021	353
---	-----

Introdução	353
------------------	-----

1 O tipo de improbidade como norma sancionadora em branco: adequação da estrutura normativa da lei nº 8.429/92 aos princípios da legalidade e da tipicidade	354
---	-----

2 Superveniência da lei nº 14.230/2021 e necessidade de complementos normativos à lei de improbidade administrativa	361
3 Princípio da tipicidade e procedimento de adequação típica do ato de improbidade administrativa	363
Conclusão	366
Referências	367

CAPÍTULO 17

Luciana Ferreira Moreno

Ricardo Levy Martins

OS REQUISITOS DA TUTELA CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS NA LEI Nº 8.429/92 APÓS AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/21	369
--	-----

Introdução	369
------------------	-----

1 O desenvolvimento jurisprudencial da lei nº 8.429/92 e a possibilidade de superação da jurisprudência pelo legislador	370
---	-----

2 Breves comentários sobre as tutelas provisórias no direito brasileiro	375
---	-----

3 O regime das cautelares na lei nº 8.429/92 e a jurisprudência do STJ	378
--	-----

4 A reforma da Lei nº 14.230/21	381
---------------------------------------	-----

Conclusão	384
-----------------	-----

Referências	386
-------------------	-----

CAPÍTULO 18

Luis Henrique Braga Madalena

Caio Augusto Nazário de Souza

Lucas Sipioni Furtado de Medeiros

SENTENÇA JUDICIAL E A NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: COMENTÁRIOS GERAIS AOS ARTIGOS 17-C, 17-D, 18 e 18-A	389
---	-----

Introdução	390
------------------	-----

1 Os arts. 17-C e 18-A e os parâmetros decisórios da sentença	390
---	-----

1.1 A incidência do § 1º do art. 489 do Código de Processo Civil	390
--	-----

1.2 A Exigência de fundamentação específica (inc. i do art. 17-C)	392
---	-----

1.3 A necessidade de se considerar as consequências práticas da decisão e a realidade do agente (incs. ii e iii do art. 17-C)	393
---	-----

1.4 Instruções para a dosimetria da pena (inc. iv do art. 17-C)	396
---	-----

1.5 A cumulação de penalidades (inc. v do art. 17-c e art. 18-A)	397
--	-----

1.6 A condenação de terceiros (inc. vi do art. 17-C)	398
--	-----

1.7 A condenação por afronta a princípios (inc. vii do art. 17-C)	399
---	-----

1.8 Disposições complementares (§§ 1º, 2º e 3º do art. 17-c)	399
--	-----

2 A natureza da ação de improbidade (art. 17-d)	400
---	-----

3 Cumprimento de sentença (art. 18)	401
---	-----

Conclusão	402
-----------------	-----

Referências	403
--------------------------	------------

CAPÍTULO 19

Marcello Terto e Silva

Leonardo Peter da Silva

A INCONSTITUCIONALIDADE DO MONOPÓLIO DA LEGITIMIDADE ATIVA PARA AS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PROVENIENTE DA LEI Nº 14.230/2021.....	405
--	------------

Introdução.....	405
------------------------	------------

1 A probidade e seus fundamentos constitucionais.....	407
--	------------

2 A força material da constituição da república em matéria de improbidade..	410
--	------------

2.1 Doutrina e jurisprudência assentam a força normativa da Constituição ...	410
---	------------

2.2 Atuação institucional plural no enfrentamento à improbidade.....	413
---	------------

2.3 Dados estatísticos que reforçam a importância da atuação plúrima em matéria de improbidade.....	415
--	------------

2.4 Um debate sobre a organização jurídico-constitucional do combate à improbidade administrativa através dos acordos de não persecução civil e a indisponibilidade do controle judicial da probidade.....	419
---	------------

3 O STF e a questão da pluralidade de competência em matéria de improbidade.	423
---	------------

Conclusão	425
------------------------	------------

Referências	426
--------------------------	------------

CAPÍTULO 20

Marcelo José Magalhães Bonizzi

Daniel Colnago Rodrigues

REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA À LUZ DAS RECENTES ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 14.230 DE 2021	429
---	------------

Introdução.....	429
------------------------	------------

1 A curiosa possibilidade de intervir no processo proposto pelo ministério público	430
---	------------

2 A relevância da fazenda pública na hipótese de consensualidade.....	432
--	------------

3 Legitimidade ativa na ação de improbidade administrativa e o papel da fazenda pública.....	433
---	------------

4 Legitimidade ativa, pretensão ressarcitória e o problema da prescrição.....	434
--	------------

5 A “intimação” da pessoa jurídica para intervir no processo de improbidade.	436
---	------------

6 A natureza punitiva da ação de improbidade e a posição da fazenda pública: seria a pessoa jurídica uma espécie de “assistente de acusação” do MP?.....	437
---	------------

7 A sobrevivência da “intervenção móvel” da fazenda pública no processo de improbidade administrativa	438
--	------------

8 Nota conclusiva: sugestão de <i>lege lata</i> e de <i>lege ferenda</i>	440
---	------------

Referências	440
--------------------------	------------

CAPÍTULO 21

Marcelo Mazzola

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

SANÇÕES PREMIAIS E O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL 441

Introdução.....	442
1 Considerações gerais sobre as sanções premiais.....	442
2 Aspectos contemporâneos das sanções premiais	443
2.1 Críticas à expressão sanção premial.....	445
2.2 As sanções premiais no plano legal e na seara jurisprudencial.....	446
3 Acordo de não persecução civil (ANPC).....	452
3.1 A consensualidade no Direito Administrativo Sancionador e o ANPC....	452
3.2 O regime jurídico do ANPC na LIA após a reforma da Lei nº 14.230/2021.	455
4 A efetiva aplicação das sanções premiais no acordo de não persecução civil: algumas possibilidades.....	459
Conclusão.....	462
Referências	463

CAPÍTULO 22

Marco Aurélio Lima Choy

AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI Nº 14.230 DE 2021 E A SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS..... 469

Introdução.....	469
1 Improbidade administrativa	470
2 Improbidade administrativa e a lei nº 14230 de 2021	475
3 Direitos políticos e a nova lei de improbidade.....	478
Conclusão.....	485
Referências	487

CAPÍTULO 23

Mariany de Souza Manga

A PROTEÇÃO POSSESSÓRIA NO CONTEXTO DA LEI Nº 14.230/2021..... 489

Introdução.....	489
1 Atos de improbidade administrativa relativos a bens imóveis que importam enriquecimento ilícito	490
2 Atos de improbidade administrativa relativos a bens imóveis que causam prejuízo ao erário	491
3 O sistema defensivo da posse.....	492
4 A proteção possessória de bens públicos.....	495
Conclusão.....	498
Referências	499

CAPÍTULO 24

Mario Vitor M. Auferio

EVOLUÇÃO PROCESSUAL DA MEDIDA DE INDISPONIBILIDADE DE BENS EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 503

Introdução..... 503

1 Considerações sobre as tutelas provisórias no código de processo civil..... 504

2 Notas sobre a indisponibilidade de bens..... 506

3 Síntese histórica da decretação de indisponibilidade de bens em improbidade administrativa no direito brasileiro..... 507

4 Nova sistemática de decretação de indisponibilidade de bens em improbidade administrativa conforme lei nº 14.320/21..... 511

5 Direito intertemporal..... 515

Conclusão..... 516

Referências 517

CAPÍTULO 25

Newton Pereira Ramos Neto

Marcio Sá Araújo

LEI Nº 14.230/2021 E ANÁLISE DOS OBSTÁCULOS CONCRETOS DO ADMINISTRADOR PÚBLICO NA DECISÃO DE RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO DE IMPROBIDADE..... 519

Introdução..... 519

1 Segurança jurídica do administrador público na seara da responsabilização por improbidade administrativa 522

2 Evolução histórica sobre a disciplina normativa acerca do juízo de admissibilidade das ações de improbidade 528

3 Abuso do direito de ação e critério abstrato de aferição de indícios do dolo do administrador público na decisão de recebimento da petição inicial da ação de improbidade 533

Conclusão 537

Referências 538

CAPÍTULO 26

Priscila Leal Seifert Viana

Fernando Gama de Miranda Netto

O TEMPO E A (IM) PROBIDADE: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A SISTEMÁTICA DA PRESCRIÇÃO INAUGURADA PELA LEI Nº 14.230/2021..... 541

Introdução..... 541

1 Pretérito imperfeito 542

2 Presente: polêmica realidade 545

2.1 Prazo único e mudança do termo inicial..... 546

2.2 Ausência de remissão à Lei nº 8.112/90 e silêncio quanto à hipótese em que

a conduta improba também é considerada crime	546
2.3 Hipótese de suspensão do prazo prescricional	547
2.4 Hipóteses de interrupção do prazo prescricional	548
2.5 Prescrição intercorrente	548
3 Futuro	552
Conclusão	555
Referências	556

CAPÍTULO 27

Raniere Rocha Lins

Vanir Fridriczewski

OS ASPECTOS CONTROVERTIDOS DO REGIME PRESCRICIONAL INTRODUZIDO PELA LEI Nº 14.230, DE 2021.....

Introdução	559
1 Prescrição material e sua aplicação intertemporal	561
1.1 Causa suspensiva do prazo prescricional	564
2 Prescrição intercorrente	567
3 (In)aplicabilidade das garantias penais ao regime punitivo da lei de improbidade administrativa	571
Conclusão	572
Referências	573

CAPÍTULO 28

Rodrigo Mazzei

Tiago Figueiredo Gonçalves

A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DOS SUCESSOR, DO HERDEIRO E DA SOCIEDADE SUCESSORA DIANTE DE CONDENAÇÃO POR ATO ÍMPROBO

Introdução	575
1 A classificação legal das condutas tipificadas como ímprobos, e as sanções imputáveis aos agentes praticantes de atos ímprobos	576
2 A responsabilidade patrimonial do herdeiro e do sucessor	579
3 A responsabilidade patrimonial da sociedade no caso de transformação, incorporação, fusão e cisão societária	590
Conclusão	593
Referências	593

CAPÍTULO 29

Thaís Marçal

Caio Macêdo

REGULAMENTAÇÃO DE ACORDOS EM AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Introdução	597
------------------	-----

1 Regulamentação dos acordos de não persecução civil (art. 17-b da LIA)	600
2 Reflexões sobre a regulamentação dos acordos de não persecução civil.....	601
Conclusão.....	603
Referências	605

CAPÍTULO 30

Thiago Marrara

ATOS DE IMPROBIDADE: COMO A LEI Nº 14.230/2021 MODIFICOU OS TIPOS INFRATIVOS DA LIA?	607
--	-----

Introdução.....	607
-----------------	-----

1 Atos de improbidade: características comuns	609
---	-----

2 Modificações na improbidade por enriquecimento ilícito.....	611
---	-----

3 Modificações na improbidade por dano ao erário.....	613
---	-----

4 Modificações na improbidade por violação de princípios.....	614
---	-----

5 A taxatividade do art. 11 e suas espécies infrativas.....	616
---	-----

Conclusão.....	619
----------------	-----

Referências	620
-------------------	-----

CAPÍTULO 31

Trícia Navarro Xavier Cabral

Liliane Emerick Nunes

JUSTIÇA MULTIPORTAS NO ÂMBITO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	623
---	-----

Introdução.....	623
-----------------	-----

1 Consensualidade e interesse público.....	624
--	-----

3 Evolução da autocomposição na improbidade administrativa	626
--	-----

4 A consensualidade na Lei de improbidade administrativa.....	631
---	-----

5 Admissão de outras modalidades de autocomposição em matéria de improbidade administrativa.....	634
--	-----

6 Improbidade administrativa e Processo Civil.....	636
--	-----

Conclusão.....	637
----------------	-----

Referências	638
-------------------	-----

CAPÍTULO 32

Vitor Fonsêca

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: O QUE DEVEMOS APRENDER COM OS	641
--	-----

DIREITOS HUMANOS	641
------------------------	-----

Introdução.....	641
-----------------	-----

1 Presunção de inocência.....	642
-------------------------------	-----

2 Conteúdo da presunção de inocência no âmbito dos Direitos Humanos	643
--	-----

3 Aplicação da presunção de inocência ao Processo Civil.....	644
--	-----

3.1 Processo civil posterior ao processo penal e sobre os mesmos fatos	646
--	-----

3.2 Processo administrativo disciplinar.....	649
3.3 Processo administrativo.....	654
3.4 Comissões parlamentares de inquérito.....	655
3.5 Presunções legais	655
3.6 Declarações perante a opinião pública.....	656
Conclusão.....	659
Referências	660

CAPÍTULO 33

William Soares Pugliese

Vitor Gabriel Kleinert

A TEXTURA ABERTA DO DIREITO E O PAPEL DO TEXTO DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....

Introdução.....	665
1 O debate sobre a retroatividade das alterações da lei da improbidade administrativa.....	666
2 Interpretação, textura aberta do direito e o papel do texto da lei	671
3 O imprescindível respeito ao texto constitucional	674
Conclusão.....	675
Referências	676